

CADERNO DE ENCARGOS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

JORGE
HENRIQUE
FERNANDES
DE ALMEIDA

Assinado
digitalmente por
JORGE
HENRIQUE
FERNANDES DE
ALMEIDA
Data: 2020.03.24
17:53:01 +0000

CLÁUSULA 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços de monitorização do Parque Empresarial do Casarão - Águeda para os anos de 2020 e 2021.**

CLÁUSULA 2.^a

Preço base

1 – O preço base do presente procedimento é de **€ 26.000,00 (vinte e seis mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do contrato.

2 – O preço base definido no número anterior foi calculado tendo em conta os preços de mercado apresentados através de consulta preliminar efetuada nos termos do artigo 35.º A do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CLÁUSULA 3.^a

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, e integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª

Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato

1 – O presente contrato produz efeitos à data da formalização da adjudicação, ou da celebração do contrato escrito, sempre que a ele houver lugar.

2 – O contrato mantém-se em vigor **até 28 de fevereiro de 2022**, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no presente caderno de encargos, o contrato pode ser resolvido, a título sancionatório, no caso do segundo outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

4 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao segundo outorgante, através de carta registada, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes do presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 5.ª

Documentos da proposta

1 – A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
- b) Preço total da proposta;
- c) Preço unitário anual por tipo de monitorização (DA e DIA);
- d) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços propostos;

CLÁUSULA 6.^a

Critério de adjudicação

1 - A adjudicação consiste na avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2 – Em caso de igualdade na classificação final das propostas será dada preferência à proposta que apresentar o preço mais baixo relativo ao item Preço Unitário anual da Monitorização da DA para o ano de 2021.

3 - Se ainda assim se verificar igualdade, para determinar a proposta que ficará em 1º lugar, será efetuado recurso ao sorteio, nos seguintes termos:

a) O sorteio far-se-á por extração de boletins de papel numerados, dobrados e colocados no interior de um saco, a efetuar pelos concorrentes das propostas de preço igual.

b) A proposta do concorrente que tirar o boletim de papel com o número mais baixo será a vencedora.

CLÁUSULA 7.^a

Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

CLÁUSULA 8.^a

Negociação

As propostas apresentadas **não serão objeto de negociação**.

CLÁUSULA 9.^a

CrITÉRIOS Ambientais - ENCPE 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016)

À presente aquisição de serviços não se aplicam critérios ambientais, uma vez que não integra a Lista de Bens e Serviços Prioritários identificados no n.º 4.1 da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020), publicada em anexo à Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho.

CLÁUSULA 10^a

Condições de adjudicação

A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

CLÁUSULA 11.^a

Obrigações do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica obrigado a prestar o serviço, objeto do presente contrato, tendo em conta as seguintes disposições:

1.1 – Monitorizações anuais da DIA do PEC

- a) O serviço objeto do presente contrato contempla monitorização anual, durante os anos de 2020 e 2021, da DIA do PEC;
- b) Obrigação de elaborar programas de monitorização ambiental do ambiente sonoro e dos recursos hídricos relativos ao Parque Empresarial do Casarão (PEC), de acordo com o previsto na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do PEC em vigor;
- c) Efetuar, nos anos de 2020 e 2021, 12 monitorizações aos recursos hídricos nos 2 locais de amostragem utilizados nos anos anteriores com as seguintes coordenadas:

	Longitude	Latitude
Reservatório das águas pluviais	8° 23' 46,47'' W	40° 32' 42,88'' N
Ponto de descarga das águas pluviais	8° 23' 47,72'' W	40° 32' 42,32'' N

- d) Realizar as amostragens mencionadas no ponto anterior, tanto quanto possível com uma periodicidade mensal, e aproximadamente na mesma altura do mês;
- e) Poderá existir a necessidade de, em virtude de indicações por parte da autoridade de AIA ou da execução da 2ª fase do PEC, alterar os locais de amostragem da qualidade da água ou ruído que serão atempadamente comunicadas ao adjudicatário;
- f) Deverão ser apresentados os resultados das análises efetuadas ao nível dos recursos hídricos (12 amostragens por ano por local) e do ambiente sonoro até 2 meses após a recolha da amostragem, sendo que a impossibilidade da apresentação dos resultados no prazo indicado deverá ser justificada pelo adjudicatário, indicando novo prazo para o efeito;

- g) Apresentar os relatórios anuais de monitorização da DIA do PEC, que correspondam às exigências da Autoridade de Avaliação Ambiental, e que deverão conter os resultados das monitorizações previstas, histórico de monitorizações de anos anteriores (quando disponíveis), bem como as respetivas conclusões;
- h) Os relatórios referidos no ponto anterior deverão ser entregues até ao dia 28 de fevereiro do ano civil seguinte ao que diz respeito a monitorização;
- i) Com os resultados da 1.^a monitorização deverá ser entregue um esqueleto do relatório de monitorização a aprovar pela Entidade Adjudicante;
- j) Entregar à Entidade Adjudicante um exemplar de cada relatório final a produzir em formato digital (PDF e Word) e um exemplar em papel;
- k) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Autoridade de AIA relativos aos relatórios e medições elaborados, acompanhando, para esse efeito, a Entidade Adjudicante nas reuniões necessárias;
- l) Comunicar à Entidade Adjudicante, com a maior brevidade possível, todos e quaisquer factos que, total ou parcialmente, impossibilitem e condicionem a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- m) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

1.2 – Monitorização da DA do PEC

- a) O serviço objeto do presente contrato contempla monitorização anual, durante os anos de 2020 e 2021, da DA do PEC;
- b) Obrigação de avaliar e controlar, para os anos de 2020 e 2021, os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução da Revisão e Ampliação do Plano de Pormenor do PEC, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental (DA) emitida para o referido procedimento, de acordo com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, disponível através do endereço: https://www.cm-agueda.pt/cmageda/uploads/document/file/3175/Declaracao_Ambiental.pdf;

- c) Apresentar relatórios de monitorização da DA do PEC para os anos de 2020 e 2021 que correspondam às exigências do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, devendo conter os resultados das análises efetuadas no que diz respeito às recomendações da DA, bem como a monitorização e validação da sua necessidade, das medidas de minimização e potenciação constantes nos relatórios anteriores;
- d) As monitorizações anuais da DA do PEC deverão incluir todos os indicadores da DA e medidas de minimização e potenciação previstas em anteriores relatórios, devendo ainda ser apresentados, quando disponíveis, resultados dos indicadores de anteriores monitorizações (a disponibilizar pela entidade adjudicante) para ser possível a comparação e verificação da evolução dos mesmos;
- e) Obrigação de incluir na monitorização da DA a realizar relativamente ao ano de 2021 a revisão do Plano de Prevenção e Mitigação de Acidentes Tecnológicos (revisão trienal);
- f) Os relatórios referidos nos pontos anteriores deverão ser elaborados de forma articulada com a Divisão de Desenvolvimento Local, nomeadamente com a área do Ordenamento do Território da Entidade Adjudicante;
- g) Os relatórios referidos nos pontos anteriores deverão ser entregues até ao dia 28 de fevereiro do ano civil seguinte ao que diz respeito o relatório, devendo previamente ser aprovado o esqueleto do mesmo pela Entidade Adjudicante;
- h) Entregar à Entidade Adjudicante um exemplar dos relatórios finais a produzir em formato digital (PDF e Word) e um exemplar em papel;
- i) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Agência Portuguesa do Ambiente relativos aos relatórios e medições elaborados, acompanhando, para esse efeito, a Entidade Adjudicante nas reuniões necessárias;
- j) Comunicar à Entidade Adjudicante, com a maior brevidade possível, todos e quaisquer factos que total ou parcialmente impossibilitem e condicionem a prestação dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- k) A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 12.^a

Dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Águeda, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 13.^a

Caução

Para o cumprimento do presente contrato, não é exigida a prestação da Caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 14.^a

Preço contratual

1 – Pela execução de todas as prestações de serviço objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Águeda deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 15.^a

Condições de pagamento

1- As quantias devidas pela Câmara Municipal de Águeda, devem ser pagas até 60 dias após a receção pela Autarquia das respetivas faturas, as quais deverão ser emitidas nos seguintes termos:

- a) 10% do valor da proposta, com a entrega da 1.^a monitorização da qualidade da água e aprovação dos esqueletos dos relatórios de monitorização da DIA e DA do PEC para 2020;
- b) 45% do valor da proposta, com a entrega e aprovação dos relatórios de monitorização da DIA e DA do PEC para 2020;
- c) 45% do valor da proposta, com a entrega e aprovação dos relatórios de monitorização da DIA e DA do PEC para 2021;

2 - O número de compromisso deverá constar na(s) fatura(s)/recibo(s) a emitir para o pagamento das respetivas despesas inerentes ao presente contrato.

3 - Sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação fiscal no âmbito da execução dos contratos públicos o adjudicatário poderá emitir faturas eletrónicas, nos termos do disposto no artigo 299.º-B do CCP.

4 - Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Águeda, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CLÁUSULA 16.^a

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, a Câmara Municipal de Águeda pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.

2 – O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Águeda decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Águeda tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4 – A Câmara Municipal de Águeda pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Águeda exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do adjudicatário.

CLÁUSULA 17.^a

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

6 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7 – Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

CLÁUSULA 18.^a

Gestor do contrato

1 – Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, designa-se como gestor, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato o Sr. **Luís Almeida**, Técnico Superior da Divisão de Desenvolvimento Local.

2 – Em casos específicos definidos no artigo supra referido, nomeadamente contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que lhe sejam definidas pelo contraente público, o gestor do contrato deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados ao presente contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a sua execução financeira, técnica e material do contrato.

3 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que se revelem adequadas.

CLÁUSULA 19.^a

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, a Câmara Municipal de Águeda pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a) Atraso na conclusão dos serviços contratualizados superior a dez dias;
- b) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos ou nos respetivos anexos, bem como na proposta adjudicada;
- c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CLÁUSULA 20.^a

Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 21.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 22.^a

Comunicações e notificações

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3 – À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

CLÁUSULA 23.^a

Contagem dos prazos

À contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente, o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

CLÁUSULA 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 25.^a

Lei aplicável

Em tudo o omissso no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto na redação atual do Código dos Contratos Públicos e demais legislação subsidiária.

Águeda, 10 de março de 2020

O Técnico Superior

Assinado por: **LUÍS MANUEL MAIA DE ALMEIDA**
Num. de Identificação: BI122809912
Data: 2020.03.10 (Luís Almeida)